



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH
CAMPUS IV – JACOBINA / COLEGIADO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

ZILDOMAR RODRIGUES DOS REIS

**A CONTRIBUIÇÃO DO PRONAF NA MELHORIA DO
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DOS AGRICULTORES NO
MUNICÍPIO DE QUIXABEIRA/BA**

**JACOBINA / BAHIA
2008**

ZILDOMAR RODRIGUES DOS REIS

**A CONTRIBUIÇÃO DO PRONAF NA MELHORIA DO
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DOS AGRICULTORES NO
MUNICÍPIO DE QUIXABEIRA/BA**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentada à Universidade do Estado da
Bahia, Campus IV, como requisito parcial
para a obtenção do título de Licenciatura em
Geografia, sob a orientação do Prof.º MSc.
Edvaldo Hilário dos Santos.



JACOBINA / BAHIA
2008

Reis, Zildomar Rodrigues

A contribuição do pronaf na melhoria do desenvolvimento socioeconômico dos agricultores no município de Quixabeira/Ba / Zildomar Rodrigues dos Reis. Jacobina: UNEB/DCH4, 2008.

54 f. : il.

Orientador: Edvaldo Hilário dos Santos
Monografia (graduação) – Universidade do Estado da Bahia,
Referências bibliográficas: f. 54

1 Agricultura Familiar e Políticas Públicas . 2. Agricultura Familiar em Quixabeira 3 Desenvolvimento local

É concedida à Universidade do Estado da Bahia, permissão para emprestar, vender ou reproduzir cópias desta Monografia, somente para propósitos acadêmicos e científicos. Reservam-se outros direitos de publicação e nenhuma parte deste trabalho pode ser reproduzido sem a prévia autorização por escrito do autor.

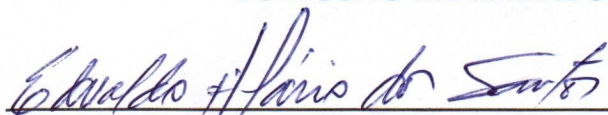
Zildomar Rodrigues dos Reis

**A CONTRIBUIÇÃO DO PRONAF NA MELHORIA DO
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DOS AGRICULTORES NO
MUNICÍPIO DE QUIXABEIRA/BA**

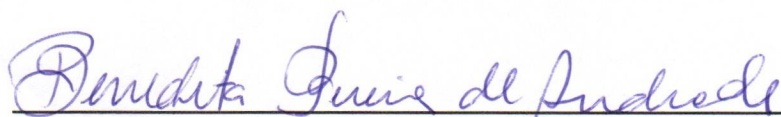
ZILDOMAR RODRIGUES DOS REIS

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aprovado em: 10 / 06 / 2008 como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Geografia, pela Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Colegiado de Geografia.

COMISSÃO EXAMINADORA



Edvaldo Hilário dos Santos, (orientador) Mestre/UNEB/DCH



Benedita Pereira Andrade, Doutora/UNEB/DCH

Marcone Dennys dos Reis Nunes, UNEB/DCH

Às mulheres da minha vida:

Gerolina Porfíria dos Reis (mãe)

Petronia Lima Reis (esposa)

Ana Cecília Lima Reis (filha)

AGRADECIMENTOS

Sem querer ser injusto com algumas pessoas, gostaria muito de lembrar de todos, mas infelizmente o espaço não será suficiente. Então! Citarei algumas das muitas que fizeram parte desta árdua caminhada...

Á Deus. Pois sempre estive comigo nos melhores e piores momentos de minha vida, mostrando-me sempre o caminho. Apesar de nem sempre O ouvir, estive, está e tenho certeza, que continuará sempre presente em minha vida.

Aos Meus pais, Joaquim Rodrigues dos Reis (*In Memoriam*) e Gerolina Porfíria dos Reis, alicerce fundamental no meu desenvolvimento pessoal e profissional, sempre me ensinaram VALORES importantes para o seguimento da vida.

A todos os meus irmãos, os de perto, bem como os que estão longe.

Éden Santos de Castro, Eliosvaldo Santana, Roberta Reis e Sediane Almeida, sem vocês praticamente seria impossível concluir o trabalho de campo a tempo.

Ao Banco do Nordeste, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Quixabeira, Secretaria Municipal de Agricultura, pelas informações a mim passadas.

Ao Secretário Municipal de Saúde de Quixabeira, o Sr. Vagner Anderson Novaes Vilas Boas, que compreendendo a importância desse trabalho, meu deu total mobilidade nesta Secretaria.

Aos professores... Cada um foi importante. Porém alguns merecem destaque, pois desempenharam outros papéis além de professores. Foram amigos, conselheiros, incentivadores. Neste grupo merece destaque especial a Dr^a Benedita Pereira, a quem muitas vezes abusei da paciência na procura de maiores conhecimento. A minha conclusão nesse semestre devo a você. Ao meu Orientador Ms Edvaldo Hilário, conterrâneo, com muito orgulho. Suas críticas foram fundamentais para o aperfeiçoamento do meu trabalho.

Meu agradecimento especial aos agricultores familiares. Vocês são exemplo de trabalho, luta e muita perseverança.

RESUMO

Quixabeira, apesar de ser fortemente marcada pelas condições de semi-aridez teve sua evolução socioeconômica baseada na pecuária, mas principalmente, na agricultura de subsistência, consolidada como atividade tradicional no município. A pequena produção agrícola tem constituído a base da reprodução socioeconômica da propriedade familiar cuja produção envolve o cultivo de algumas espécies tradicionais como mandioca, feijão, milho, melancia e outros. Com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do seguimento rural, em 1996 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Esta pesquisa tem por objetivo analisar a influência do PRONAF nas questões socioeconômicas dos agricultores no município de Quixabeira, constatando se há uma diferenciação entre beneficiários e não-beneficiários do PRONAF, bem como verificar se o mesmo tem cumprido com seu papel de "promotor" do desenvolvimento sustentável. Os dados finais mostram fortes evidências de diferenciação social entre os produtores familiares.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Políticas Públicas, Pronaf.

ABSTRACT

Despite Quixabeira has been strongly marked for a semi arid weather its evolution had developed socioeconomically based on cattle -raising, but specially on agriculture of subsistence consolidated county's traditional activity. The small agricultural production has established the base of reproduction a familiar propriety socioeconomic which it involves cultivation of some traditional species as manioc , beans, corn , watermelon and others. In 1996 a program was created to promote the continued rural sustainable development known as (PRONAF) National Program Familiar Agriculture Strengthen. This program has been analyzed by an inquiry which had studied the influence in certain of socioeconomic issues brought by a few farmers within Quixabeira county establishing whether there is a difference between PRONAF's beneficiaries and non- beneficiaries as well to verify itself and all the benefits as the principal " role " on the development sustainable. The finals facts are showing a great evidences of social differences among familiars productions.

Key Words: Familiar Agriculture, publics politics, Pronaf.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Pça Central de Quixabeira	31
FIGURA 2 – Colégio Estadual de Quixabeira	31
FIGURA 3 – Centro de Saúde de Quixabeira	31
FIGURA 4 – Feira Livre	34
FIGURA 5 – Agência do BANCOOB	34
FIGURA 6 – Sede do STTRQ	38
FIGURA 7 – Secretaria Municipal de Agricultura	38
FIGURA 8 – Sugestões de Benfeitorias a serem feitas pela Secretaria Municipal de Agricultura.....	39
FIGURA 9 – Lavoura Temporária.....	43
FIGURA 10 – Plantação de Mandioca	44
FIGURA 11 – Raspagem de Mandioca para Preparação da Farinha	44
FIGURA 12 – Processo de Transformação da Tapioca	44
FIGURA 13 – Escolaridade dos Produtores Rurais	46
FIGURA 14 – Estrutura das Residências dos Produtores Rurais	47
FIGURA 15 – Residência de Agricultor	47
FIGURA 16 – Bens Duráveis	48
FIGURA 17 – Rendimento Mensal.....	48
FIGURA 18 – Destino dos Investimentos.....	49

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Localidades Pesquisadas no Município de Quixabeira.....	14
TABELA 2 – Condição Legal do Produtor.....	40
TABELA 3 – Atividade Pecuária.....	41
TABELA 4 – Atividade Exercida no Estabelecimento.....	41
TABELA 5 – Atividade de Maior Rendimento para a Família.....	42
TABELA 6 – Uso de Força no Trabalho.....	42
TABELA 7 – Atividades Agrícolas.....	43
TABELA 8 – Aquisição de Animais.....	49
TABELA 9 – Indicadores de Tecnologia nos Estabelecimentos.....	50
TABELA 10 – Assistência Técnica no Estabelecimento.....	50

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Estabelecimentos, Área e Valor Bruto da Produção, Percentual do Financiamento Total (FT) no Brasil.....	19
QUADRO 2 – Relação Entre o Valor Bruto da Produção (VPB) e o Financiamento Total (FT)	19
QUADRO 3 – Número de Estabelecimentos, Área e Renda, Categoria Famíliares por Estrato e Patronal – Bahia, 1996.....	20
QUADRO 4 – Pessoal Ocupado segundo Categorias – Bahia 1996	20
QUADRO 5 – Produção Agrícola de Quixabeira.....	33
QUADRO 6 – Pecuária de Quixabeira	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- APPJ – Associação dos Produtores Rurais de Jaboticaba
- BACEN – Banco Central Do Brasil
- BANCOOB – Banco Cooperativo do Brasil
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CMN – Resolução Conselho Monetário Nacional
- CONTAG – Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura
- EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
- FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
- FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
- FPM – Fundo de Participação Municipal
- IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- OGU – Orçamento Geral da União
- PMDR – Plano Municipal de Desenvolvimento Rural
- PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
- PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- PROVAP – Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
- STTRQ – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Quixabeira
- VBP – Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. A AGRICULTURA FAMILIAR: CONTEXTUALIZANDO	16
1.1 Conceito e importância da agricultura familiar	16
1.2 A força da Agricultura Familiar	18
1.3 Agricultura familiar e desenvolvimento local	21
1.4 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	23
1.4.1 Público Alvo e modalidades do PRONAF	25
1.4.2 Características do Financiamento do Crédito Rural	25
2. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE QUIXABEIRA/BAHIA	29
2.1 Origem Territorial	29
2.2 Localização	30
2.3 Recursos Naturais	31
2.4 Aspectos Sociais	31
2.5 Aspectos Econômicos	32
3 AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE QUIXABEIRA/BAHIA	35
3.1 Análise dos atores sociais no processo do desenvolvimento rural	35
3.1.1 Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA)	35
3.1.2 Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Quixabeira (STTRQ)	37
3.1.3 Secretaria Municipal da Agricultura	38
3.2 Perfil do produtor rural	40
3.3 Atuação do PRONAF no estabelecimento do pequeno produtor rural	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

CONTENTS

1. Introduction 1

2. The Role of the State in Economic Development 2

3. The Role of the State in the Development of the Private Sector 3

4. The Role of the State in the Development of the Public Sector 4

5. The Role of the State in the Development of the Social Sector 5

6. The Role of the State in the Development of the Cultural Sector 6

7. The Role of the State in the Development of the Environmental Sector 7

8. The Role of the State in the Development of the Energy Sector 8

9. The Role of the State in the Development of the Transport Sector 9

10. The Role of the State in the Development of the Information Sector 10

11. The Role of the State in the Development of the Health Sector 11

12. The Role of the State in the Development of the Education Sector 12

13. The Role of the State in the Development of the Science Sector 13

14. The Role of the State in the Development of the Arts Sector 14

15. The Role of the State in the Development of the Sports Sector 15

16. The Role of the State in the Development of the Media Sector 16

17. The Role of the State in the Development of the Tourism Sector 17

18. The Role of the State in the Development of the Agriculture Sector 18

19. The Role of the State in the Development of the Industry Sector 19

20. The Role of the State in the Development of the Services Sector 20

21. The Role of the State in the Development of the Real Estate Sector 21

22. The Role of the State in the Development of the Financial Sector 22

23. The Role of the State in the Development of the Insurance Sector 23

24. The Role of the State in the Development of the Banking Sector 24

25. The Role of the State in the Development of the Securities Sector 25

26. The Role of the State in the Development of the Pension Sector 26

27. The Role of the State in the Development of the Social Security Sector 27

28. The Role of the State in the Development of the Labor Sector 28

29. The Role of the State in the Development of the Unemployment Sector 29

30. The Role of the State in the Development of the Retirement Sector 30

31. The Role of the State in the Development of the Disability Sector 31

32. The Role of the State in the Development of the Elderly Sector 32

33. The Role of the State in the Development of the Children Sector 33

34. The Role of the State in the Development of the Youth Sector 34

35. The Role of the State in the Development of the Women Sector 35

36. The Role of the State in the Development of the Men Sector 36

37. The Role of the State in the Development of the Family Sector 37

38. The Role of the State in the Development of the Community Sector 38

39. The Role of the State in the Development of the Neighborhood Sector 39

40. The Role of the State in the Development of the City Sector 40

41. The Role of the State in the Development of the Region Sector 41

42. The Role of the State in the Development of the Country Sector 42

43. The Role of the State in the Development of the World Sector 43

44. The Role of the State in the Development of the Universe Sector 44

45. The Role of the State in the Development of the Cosmos Sector 45

46. The Role of the State in the Development of the Galaxy Sector 46

47. The Role of the State in the Development of the Planet Sector 47

48. The Role of the State in the Development of the Moon Sector 48

49. The Role of the State in the Development of the Stars Sector 49

50. The Role of the State in the Development of the Sun Sector 50

51. The Role of the State in the Development of the Earth Sector 51

52. The Role of the State in the Development of the Atmosphere Sector 52

53. The Role of the State in the Development of the Oceans Sector 53

54. The Role of the State in the Development of the Continents Sector 54

55. The Role of the State in the Development of the Mountains Sector 55

56. The Role of the State in the Development of the Rivers Sector 56

57. The Role of the State in the Development of the Lakes Sector 57

58. The Role of the State in the Development of the Seas Sector 58

59. The Role of the State in the Development of the Oceans Sector 59

60. The Role of the State in the Development of the Universe Sector 60

Handwritten notes and signatures at the bottom of the page, including a signature that appears to be "J. Edgar Hoover" and other illegible markings.

INTRODUÇÃO

Considerada durante muito tempo, como um segmento marginal e de pouca relevância para os interesses econômicos de uma sociedade capitalista, a agricultura familiar vem ganhando legitimidade social e científica no Brasil, passando a ser utilizada com frequência nos discursos dos movimentos sociais do meio rural, por instituições governamentais e por estudiosos das Ciências Sociais que se ocupam de análises do meio rural.

A partir da década de 1990, a agricultura familiar passa a ser vista como uma opção econômica para a geração de empregos e de ocupações produtivas para o desenvolvimento de uma sociedade, lhe proporcionando um *marketing* peculiar como a forma social de produção mais adequada a satisfazer as exigências de mercado no aspecto social e ambiental.

As políticas públicas voltadas para o setor agrícola tem sido um importante instrumento para o desenvolvimento socioeconômico nas últimas décadas, e utilizada como mecanismo de fomento ao desenvolvimento local e regional.

O PRONAF foi instituído com a finalidade de “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (BRASIL, 2005, p.1).

A agricultura familiar quixabeirense, é caracterizada em sua maioria como auto-consumo, no entanto, sua importância não se limita apenas a esse fato, mas sim como uma alternativa socioeconômica de fixação do homem no campo, diversificação, hábitos culturais e outros, procurando assim, uma integração e uma melhoria na qualidade de vida dos agricultores e seus familiares, não somente na questão alimentícia, mas também nos bens e serviços oriundos de uma sociedade moderna.

Por entender-se que a agricultura familiar é um setor onde se pode encontrar uma relação positiva entre o que é despendido e a melhoria do bem estar social, e que os recursos públicos para o pequeno agricultor traz um benefício social relativamente alto, esta pesquisa tem por objetivo analisar a influência do PRONAF

nas questões socioeconômicas dos agricultores no município de Quixabeira, constatando se há uma diferenciação entre beneficiários e não-beneficiários do referido crédito rural.

De natureza exploratória e com características descritivas, a pesquisa buscou apontar aspectos relevantes de sucessos e dificuldades, sob a abordagem quantitativa, mas com uma forte inter-relação também com a abordagem qualitativa. O método de pesquisa foi o estudo de caso, conveniente para descrever ou tratar um tema em seu contexto próprio, além de permitir relacionar vários aspectos de um mesmo fenômeno (YIN, 2001).

Como técnica de coletas de dados, a pesquisa baseou-se na análise de 90 questionários aplicados aos produtores rurais, sendo 45 para pronafianos e 45 para não pronafianos, obtendo dois conjuntos de dados pareados (**Tabela 1**).

Ainda foram entrevistadas agentes-chaves no processo do desenvolvimento rural, como Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Quixabeira (STTRQ), Secretaria de Agricultura Municipal e Banco do Nordeste. Segundo Triviños (1992), a entrevista e o diálogo direto com pessoal inserido no contexto organizacional proporcionam uma maior espontaneidade ao entrevistado e valoriza a presença do pesquisador.

Os dados secundários utilizados para realização deste trabalho foram obtidos a partir de revisão da literatura e informações encontradas em pesquisas eletrônicas (sites). Esta etapa consistiu-se no levantamento bibliográfico e na coleta de dados secundários disponíveis sobre o

TABELA 1: Localidades Pesquisadas no Município de Quixabeira/Ba

LOCALIDADES	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
Sede	20	22,22%
Campo verde	10	11,11%
Jaboticaba	14	15,56%
Alto do capim	14	15,56%
Baixa grande	12	13,33%
Ramal	10	11,11%
Várzea do canto	10	11,11%
TOTAL	90	100,00%

ELABORAÇÃO: Zildomar Reis, 2008.

FONTE: Pesquisa de campo, 2008

município de Quixabeira/Ba, relativas aos seus aspectos demográficos e agroeconômicos. As informações foram levantadas a partir do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Prefeitura Municipal, entre outras.

Adicionalmente, esses dados foram confrontados com os dados secundários a fim de possibilitar a maior consistência do conjunto das informações obtidas.

1. AGRICULTURA FAMILIAR: CONTEXTUALIZANDO

1.1 CONCEITO E IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Nos últimos dez anos, a agricultura familiar vem conquistando seu espaço, impulsionado pelo debate sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local. Vários intelectuais, equipes, organizações governamentais e não-governamentais, movimentos sociais, institutos de pesquisa e órgãos municipais, estaduais e federal analisa e trata o tema nos seus mais diversos aspectos, haja vista, o debate atual em torno de programas federais - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, do Ministério do Desenvolvimento Agrário do MDA - que relacionam a produção familiar à questão ambiental e à segurança alimentar.

O conceito de agricultura familiar é relativamente recente, mas guarda em sua trajetória histórica um papel importante no desenvolvimento social e econômico do nosso país, gerando intensos debates, produzindo inúmeras concepções oriundas das diferentes entidades representativas dos pequenos agricultores, dos intelectuais que estudam a área rural e dos técnicos governamentais encarregados de elaborar as políticas para o setor rural brasileiro.

A escolha de um conceito para definir os agricultores familiares ou a definição de um critério para separar os estabelecimentos familiares dos patronais, segundo o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), não é uma tarefa fácil. Ainda mais quando é preciso compatibilizar esta definição com as informações disponíveis no Censo Agropecuário do IBGE, sabidamente não elaborado para este fim.

Existe uma multiplicidade de metodologias, critérios e variáveis para construir tipologias de produtores. Nenhuma delas é inteiramente satisfatória, em parte porque o comportamento e a racionalidade dos vários tipos de produtores respondem a um conjunto amplo e complexo de variáveis com peso e significado diversos de acordo com o contexto, e em parte devido às dificuldades de aplicação empírica de tipologias conceituais que levam em conta um número grande de variáveis. (BRASIL, 2000, p.10)

Abramovay (1997, p.7 apud, Gasson e Errington, 1993, p. 20), destaca seis características para definição da agricultura familiar:

1. A gestão é feita pelos proprietários;
2. Os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco;
3. O trabalho é fundamentalmente familiar;
4. O capital pertence à família;
5. O patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família;
6. Os membros da família vivem na unidade produtiva.

O Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO (2000), caracteriza a agricultura familiar de acordo com três quesitos principais:

- a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitas por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento;
- b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família;
- c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Esta definição de agricultura familiar tem a vantagem de caracterizar os agricultores familiares a partir de suas relações sociais de produção, o que implica superar a tendência, freqüente recorrente nas análises sobre o tema, de atribuir um limite máximo de área ou de valor de produção à unidade familiar, associando-a, equivocadamente, à "pequena produção". (LUIZ, 2003, p.11)

Esse mesmo Projeto FAO/INCRA convencionou os seguintes tipos de agricultores familiares tradicionais:

Consolidados – possuem a maior renda monetária líquida do setor mais valores obtidos pelo consumo e outras atividades. Com tal renda esse setor cobre as necessidades de alimentação da família e ainda faz certos investimentos produtivos;

Em Transição – são aqueles que não recebem apoio imediato das políticas agrárias e agrícolas, conseguem garantir pelo menos a alimentação da família, não avançam muito nas atividades produtivas por não terem capacidade de investimento adicional e podem se transformar num grupo periférico;

Periféricos – possuem integração mínima nos mercados e renda monetária quase zero.

De acordo com relatórios do FAO/INCRA (2000), a agricultura familiar desempenha um papel importante na economia brasileira. Sua produção representa 37,87 de toda a produção nacional, envolvendo 85,17% dos estabelecimentos rurais. Na região Nordeste existe 2.055.157 estabelecimentos familiares - 88,3% do total nacional - os quais ocupam 43,50% da área regional e produzem 43% de toda a produção da região (FAO/INCRA, 2000).

É também a principal geradora de postos de trabalho no meio rural brasileiro. Mesmo dispondo de apenas 30% da área, é responsável por 76,85% do pessoal ocupado.

O relatório do FAO/INCRA (2000) informa ainda que, no Nordeste, a agricultura familiar ocupa 82,93% do total da mão-de-obra utilizada na agricultura, familiar e patronal, sendo que entre os agricultores familiares é nesta região que se concentra o maior número de pessoas ocupadas (6.809.420 pessoas), correspondendo a 49% dos trabalhadores na agricultura familiar brasileira. Ela também é responsável pela produção de 67% do feijão, 84% da mandioca, 58% da carne suína, 52% do leite, 49% do milho, 40% das aves e ovos e grande parte das frutas e hortaliças.

A agricultura familiar tem se mostrado um seguimento forte para a economia do país, contrariando a idéia de que apenas a agricultura patronal é rentável.

1.2 A FORÇA DA AGRICULTURA FAMILIAR

De acordo com os dados do Censo Agropecuário 1995/96, e publicados no Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, existem no Brasil 4.859.732 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 353,6 milhões de hectares. O Valor Bruto da Produção (VBP) Agropecuária em 1996 foi de R\$ 47,8 bilhões.

Destes 4.859.732 estabelecimentos rurais, 4.139.369 são estabelecimentos familiares, ocupando uma área de 107,8 milhões de ha, sendo responsáveis por R\$ 18,1 bilhões ou 37,9% do VBP total, apesar de receber apenas 25,3% dos financiamentos agrícolas, ou seja, apenas R\$ 937 milhões de financiamento rural.

Os agricultores patronais, representados por 554.501 estabelecimentos, ocupavam 240 milhões de ha, responsáveis por R\$ 29,1 bilhões do VBP total e receberam nesta safra R\$ 2.735 milhões de financiamento rural.

Os agricultores familiares representam 85,2% do total de estabelecimentos, ocupam 30,5% da área total e são responsáveis por 37,9% do valor bruto da produção agropecuária nacional.

Ao analisar o valor da renda total agropecuária (RT) de todo o Brasil, percebe-se que os estabelecimentos familiares respondem por 50,9% do total de R\$ 22 bilhões. A participação dos familiares na renda total agropecuária (RT) é maior do que no VBP, o que pode ser explicado pelo fato de este último desprezar os gastos de produção incorridos pelos agricultores.

Segundo GUANZIROLI, C. E. e CARDIM, S.E (2001, p. 320) “Esse conjunto de informações revela que os agricultores familiares utilizam os recursos produtivos de forma mais eficiente que os patronais, pois, mesmo detendo menor proporção da terra e do financiamento disponível, produzem e empregam mais do que os patronais”.

Através do quadro 1 e 2 abaixo, o referido autor ilustra a significativa participação deste segmento social, no volume produtivo nacional.

QUADRO 1. Estabelecimentos, área e Valor Bruto da Produção percentual do Financiamento Total (FT) no Brasil.

CATEGORIAS	Estab.Tot al	% Estab. s/total	Área Tot. (mil ha)	% Área s/ total	VBP (mil R\$)	% VBP s/ total	FT (mil R\$)	% FT s/ total
Familiar	4.139.369	85,2	107.768	30,5	18.117.725	37,9	937.828	25,3
Patronal	554.501	11,4	240.042	67,9	29.139.850	61,m	2.735.276	73,8

FONTE - Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE
Adaptação: Zildomar Reis, 2008

QUADRO 2: Relação entre o Valor Bruto da Produção (VBP) e o Financiamento Total (FT)

CATEGORIAS	VBP (mil R\$)	FT (mil R\$)	VBP/FT
Familiar	18.117.725	937.828	19,32
Patronal	29.139.850	2.735.276	10,65
Outros	538.894	34.008	15,84
TOTAL	47.796.469	3.707.112	12,89

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE
Adaptação: Zildomar Reis, 2008

A análise dos dados permite perceber que os agricultores familiares representam 85,2% do total dos estabelecimentos, ocupam 30,5% da área total e respondem por 37,9% do VPB, recebendo 25,3 do financiamento destinado a agricultura.

Quando comparado o volume dos recursos totais direcionados para o financiamento do setor agrícola na safra 95/1996 com o valor bruto da produção deste setor, mencionados no quadro 2, percebe-se que a agricultura familiar aparece como a mais eficiente no uso do crédito rural, pois produz mais com menos recursos do crédito rural, ou seja, para cada R\$ 1,00 financiado na safra 1995/96, a agricultura familiar alavancou uma produção estimada em R\$ 19,32, enquanto que na agricultura patronal essa relação foi de R\$ 1,00 para R\$ 10,65, bem abaixo da produção nacional que ficou em R\$ 1,00 para R\$ 12,89. (LUIZ, 2003, p14)

Essas informações demonstram a significativa representatividade da agricultura familiar no país, ao tempo em que indicam o quão este segmento é importante no desenvolvimento econômico. Revelam, por outro lado, um grande potencial e também desafio, no que se refere ao desenvolvimento e à implementação das ações concernentes ao PRONAF na Bahia.

QUADRO 3 - Número de Estabelecimentos, Área e Renda, Categorias Familiares por Estrato e Patronal - Bahia, 1996

Categorias	Estabelecimentos		Área		Renda	
	Número	%	Hectares	%	Em R\$1.000	%
TOTAL	699.126	100,0	29.842.900	100,0	1.132.553	100,0
Total Familiar	623.130	89,1	11.317.921	37,9	670.202	59,2
Menos 1 a 20 hectares	475.807	68,1	2.535.743	8,5	385.832	34,1
Mais de 20 a 100 hectares	127.490	18,2	4.960.215	16,6	220.569	19,5
Mais de 100 hectares	19.833	2,8	3.821.963	12,8	63.801	5,6
Patronal	66.852	9,6	18.375.282	61,6	452.142	39,9

FONTE - Censo Agropecuário 1995/96 - IBGE

A agricultura familiar constitui, sem dúvida, um segmento de grande importância e representatividade na agropecuária baiana. Os estabelecimentos agropecuários considerados como familiar, contribuem com 59,2% da Renda Anual Bruta gerada pelo conjunto das unidades agrícolas do estado, sendo responsáveis ainda por 84,8% do pessoal ocupado no setor agropecuário. (Quadros 3 e 4)

Já o segmento patronal, que ocupa 61,6% da área total dos estabelecimentos, participa com 39,9% da Renda Bruta Anual, empregando apenas 14,1% da mão-de-obra ocupada na agropecuária.

Esses dados reforçam a importância que o pequeno produtor rural tem na economia do país atraindo a atenção de intelectuais, pesquisadores, organizações não

CATEGORIAS	TOTAL	PERCENTAGEM
Total	2.508.590	100,0
Total Familiar	2.126.576	84,8
Patronal	353.323	14,1

FONTE - Censo Agropecuário 1995/96 - IBGE

governamentais e governamentais para as necessidades das políticas públicas

voltada para esse setor, principalmente por parte do Poder Executivo Municipal, para melhor atender as necessidades da agricultura familiar.

1.3 AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO LOCAL

As políticas públicas voltadas para o setor agrícola tem sido um importante instrumento para o desenvolvimento de regiões e países nas últimas décadas. Mas nem sempre foi assim. Durante muitos anos, perdurou o falso sonho de atrair o desenvolvimento local baseado apenas no setor urbano/industrial através de médias e grandes indústrias instaladas em pequenas cidades, subtraindo dessas empresas empregos e aumento da arrecadação fiscal.

Com isso o setor rural, em especial os pequenos agricultores, ficou às margens das políticas públicas, caídos no esquecimento, considerados sem importância econômica e social pela maioria dos governos municipais. Os pequenos e médios municípios que tinham suas bases sociais e econômicas em torno da agricultura familiar enfrentaram uma tremenda crise.

No Brasil, a agricultura familiar foi sempre marginalizada pelas políticas públicas. A agricultura cumpriu um papel para o Estado Brasileiro de gerador de divisas, a fim de honrar seus compromissos externos. Este modelo originou graves consequências sociais e econômicas como: o êxodo rural, expulsando cerca de 28 milhões de pessoas do campo nos últimos 30 anos; a fome que assola 32 milhões de indigentes brasileiros; e o inchaço das cidades com miséria, desemprego e violência. Para os trabalhadores urbanos a consequência foi o aumento dos preços dos alimentos, fruto da priorização às culturas de exportação e pelo aumento dos preços dos insumos agrícolas (principalmente na década de 80 quando subiram acima da inflação), afetando a renda dos trabalhadores urbanos que gastam grande parcela dos seus proventos na compra de alimentos. (DESER, 1996, p.7).

A miséria instalada no meio rural, onde seus moradores não dispõem de melhor qualidade de vida (acesso a bons serviços nas áreas de saúde, educação, previdência, lazer, cultura, etc.), alterou a estrutura de produção do pequeno agricultor. Diminuiu o número de estabelecimento, inchou as periferias das grandes cidades, permitiu que os grandes produtores ampliassem o seu patrimônio e a porcentagem de área rural ocupada.

A Constituição da República, promulgada em 1988, exige o compartilhamento da responsabilidade social da União com as unidades federativas para que as situações e particularidades locais e regionais possam ser atendidas de formas diferentes. Isso não aconteceu com a agropecuária, no que diz respeito às políticas públicas décadas atrás. O pequeno produtor foi obrigado a testemunhar a recente evolução tecnológica e produtiva da agricultura brasileira estando sempre à margem desse processo, diante de um crescimento centralizado e uma constância de ações que insistiram em privilegiar os macros setores da economia e a produção em larga escala.

O desenvolvimento de pequenos municípios baseados apenas no setor urbano/industrial está falido. Poucos municípios brasileiros foram beneficiados por arrecadação fiscal e aumento de empregos através de indústrias instalados em seu território.

As prefeituras, como fonte de desenvolvimento sustentável, em pequenos municípios, não têm sido uma solução viável. Além de disporem de poucos recursos, muitas vezes são mal utilizados e aplicados para fins assistencialistas, clientelistas ou eleitoreiros.

A maioria dos municípios não tem um projeto de desenvolvimento sustentável para seus munícipes, seja por falta de conhecimento ou de interesse dos gestores municipais.

Levando-se em consideração a visível queda das receitas das prefeituras, seja pela redução na arrecadação de impostos ou no Fundo de Participação Municipal (FPM), bem como a má administração da máquina pública, através de gestores fraudulentos que têm utilizado do dinheiro público de forma errada, surge uma pergunta: quais as alternativas viáveis para o desenvolvimento local nesse município?

A resposta sem dúvida está nas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, a qual se apresenta com enorme potencial de geração de emprego e renda para milhões de brasileiros. Sua relevância se deve, principalmente, ao volume de pessoal empregado nas atividades rurais produtivas e à possibilidade da permanência segura dessas pessoas no campo, diminuindo substancialmente o êxodo rural.

Por conseguinte, as políticas de desenvolvimento desse setor devem, obrigatoriamente, ser planejadas de forma descentralizada, principalmente sob a

responsabilidade da esfera municipal. A razão disso é a maior capacidade dos governos locais de administrarem as demandas por serviços públicos, com maiores possibilidades de controle dessas políticas, bem como da percepção das principais carências das comunidades.

A agricultura é o principal agente propulsor do desenvolvimento comercial e, conseqüentemente, dos serviços nas pequenas e médias cidades do interior do Brasil. Basta um pequeno incentivo à agricultura para que se obtenham respostas rápidas nos outros setores econômicos. Desenvolver um projeto de desenvolvimento municipal ou mesmo regional, baseado na agricultura sustentável e, principalmente, nos agricultores familiares, não é apenas uma proposta política para o setor rural, é uma necessidade e por que não dizer, uma condição de sobrevivência para a economia de um grande número de municípios brasileiros. É o desenvolvimento com distribuição de renda no setor rural que viabiliza e sustenta o desenvolvimento do setor urbano. (DESER, 1996, p.7).

Na gestão das políticas municipais, o desenvolvimento das pequenas e médias cidades deve ser concebido como resultado de sua articulação com a prosperidade da agricultura familiar. Neste sentido, a agricultura familiar tem a possibilidade de ocupar lugar de destaque nos planos de desenvolvimento municipal, transformando este potencial em contribuição efetiva ao desenvolvimento, desde que reconheça o seu papel no processo de tomada de decisões.

1.4 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF

O estudo realizado pela FAO/INCRA (2000) constatou que a agricultura familiar brasileira representava 75% dos estabelecimentos agrícolas e que ocupavam apenas 22% da área total. Esses estabelecimentos respondem por 60% do pessoal ocupado detendo 28% do valor total da produção agropecuária. Esses dados foram de extrema importância para determinar a importância na geração e manutenção de postos de ocupação no campo. Por outro lado, esse mesmo estudo detectou que apenas 44% dos programas de financiamentos eram destinados aos agricultores familiares.

Até o início da década de 1990, não existia nenhum tipo de política especial para o seguimento da agricultura familiar. Havia um "Grito da Terra Brasil" por parte

dos trabalhadores rurais, liderados pela Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag), que exigiam uma política diferenciada para o setor rural. Em 1994, o então presidente da República Itamar Franco, criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap). Tinha como objetivo destinar créditos com taxas de juros mais acessíveis aos agricultores familiares. No entanto, pouquíssimos agricultores familiares estavam sendo beneficiados devido dificuldades encontradas para atender as exigências do sistema financeiro.

Assim, em 1996, através do Decreto Presidencial nº. 1.946, de 28 de junho, foi instituído o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), tendo por finalidade, segundo, Brasil (2005, p.1) “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda”.

Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar (Pronaf) teve, desde sua criação, o intuito de criar e fortalecer 'as condições objetivas para o aumento da capacidade produtiva, a melhoria da qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania no campo por parte daqueles que integram o regime da agricultura familiar'. Passados quase dez anos de implementação do Pronaf, é claramente perceptível para todos aqueles que têm envolvimento profissional com a agricultura familiar que esses objetivos estão sendo alcançados. As diversas ações do Pronaf estão presentes em 5.300 dos 5.563 municípios brasileiros. O volume de recursos ultrapassou R\$ 6 bilhões na safra 2004/05 atendendo 1,6 milhão de famílias e o disponibilizado na safra 2005/06 chega 9 bilhões para atender R\$ 2 milhões de famílias. (MATTEI, 2005, p.4)

O Manual Operacional do PRONAF define como objetivo geral do programa propiciar condições para aumentar a capacidade produtiva, a geração de emprego e de renda, de tal forma a melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Para isso, foram definidos como objetivos específicos:

- a) Ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares;
- b) Viabilizar a infra-estrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares;
- c) Elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social;
- d) Estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos.

1.4.1 – Público alvo e modalidades do Pronaf

Com base em documentos distribuídos pelo Ministério da Agricultura, do ponto de vista do público-alvo, o programa atende especificamente os agricultores familiares, que são caracterizados a partir dos seguintes critérios: possuir 80% da renda familiar originária da atividade agropecuária; deter ou explorar estabelecimentos com área de até 4 módulos fiscais; explorar a terra a condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário; utilizar mão-de-obra exclusivamente familiar, podendo manter até dois empregados permanentes; residir no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo e possuir uma renda anual máxima de até R\$ 27.500,00.

Operacionalmente o PRONAF se divide em três modalidades: Crédito Rural (Custeio e de Investimento); Infra-estrutura e Serviços Municipais e Capacitação. A modalidade do Crédito está voltada para o apoio financeiro aos agricultores familiares e compreende diversas linhas de crédito específicas: custeio e investimento normais; crédito rural rápido; crédito especial, investimento especial e crédito agroindústria. Já a modalidade Infra-estrutura e Serviços estão voltados para a melhoria da rede de infra-estrutura dos municípios, através do financiamento de obras e serviços necessários ao fortalecimento da agricultura familiar. Para participar dessa modalidade, cada município selecionado precisa elaborar um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR), que é analisado e aprovado pelas instâncias deliberativas do programa. Finalmente, o PRONAF Capacitação visa proporcionar novos conhecimentos aos agricultores familiares e às suas organizações sobre processos de produção e gestão das propriedades.

1.4.2 – Características do financiamento do crédito rural

Tomando-se como fonte material informativo sobre o programa, observa-se que, na modalidade crédito rural, são beneficiários do PRONAF os produtores rurais que se enquadram nos grupos A, B, C e D:

Grupo A - agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária que não contrataram operação de investimento no limite permitido pelo Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) e agricultores familiares amparados pelo Fundo de Terras e da Reforma Agrária -

Banco da Terra; Os agricultores familiares do Grupo A poderão tomar empréstimo de R\$ 4,0 mil a R\$ 9,5 mil, individual ou coletivamente, e pagar em até dez anos, com cinco anos de carência e desconto de 40%. Esse limite poderá ser ampliado para até R\$ 12,0 mil para agricultores que ainda não acessaram créditos de investimento do Grupo A ou PROCERA. O empréstimo poderá ser feito em até duas operações, sendo a segunda no máximo até três anos depois da primeira e com o valor mínimo de R\$ 4,0 mil por operação e são efetuados pelo Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste.

Grupo B - agricultores familiares e trabalhadores rurais que explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária; residam na propriedade ou em aglomerado urbano ou rural próximos; não disponham, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; obtenham renda familiar oriunda da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento; tenha o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento.

Os beneficiários do Grupo B são agricultores com renda bruta anual de até R\$ 1,5 mil. Tomando empréstimos de até R\$ 500,00 eles poderão financiar atividades geradoras de renda, tendo até dois anos para pagar, com um ano de carência e desconto de 40% sobre o valor total. Além dos agricultores familiares, são beneficiários os remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas.

O Grupo B do PRONAF é operacionalizado pelo Banco do Nordeste e outros agentes públicos ou privados, por meio de convênios com bancos públicos federais. Sua área de atuação são os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, parte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo e regiões com concentração de pobreza rural nos demais estados do País.

Grupo C - fazem parte deste Grupo os agricultores familiares com renda bruta anual entre R\$ 1,5 mil e R\$ 10,0 mil, que possuem mão-de-obra familiar e, eventualmente, utilizam mão-de-obra contratada. A renda bruta proveniente das atividades de avicultura, aquicultura, agropecuária leiteira, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, sericicultura e suinocultura terá um rebate de 50%. Para custeio os beneficiários desta linha poderão tomar empréstimos de R\$ 500,00 a R\$ 2,0 mil, com prazo de quitação de até dois anos e desconto de R\$

200,00 caso as parcelas estejam em dia. Os recursos devem ser utilizados no financiamento de atividades agropecuárias e não agropecuárias. Será concedido um adicional de 50% (até R\$ 3,0 mil) para investimento em gado leiteiro; fruticultura, olericultura e agroecologia, cujos produtos sejam certificados; e também para projetos específicos de jovens estudantes do último ano ou recém-formados por escolas em sistema de alternância ou agrícolas. Os agentes financeiros que operacionalizam esta linha de crédito são o Banco do Brasil, do Nordeste, os Cooperativos e as cooperativas de crédito.

Para investimento o valor máximo do empréstimo tomado por um grupo de até três participantes é de R\$ 40,0 mil, que deve ser quitado em até oito anos, com cinco anos de carência e rebate de R\$ 700,00, independente do valor contratado. O recurso deve ser utilizado no financiamento da implantação, ampliação e modernização da infra-estrutura produtiva e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com projetos específicos.

Para empréstimos individuais o valor fica entre R\$ 1,5 mil e R\$ 4,0 mil. Também será concedido adicional de 50% (até R\$ 6,0 mil) para as mesmas atividades citadas no custeio. Se o agricultor estiver com o pagamento em dia e já tiver efetuado o pagamento da primeira parcela, poderá fazer outro empréstimo com rebate. Os agricultores poderão tomar os empréstimos nos bancos do Nordeste, do Brasil, nas cooperativas de crédito e em outros bancos públicos ou privados, por meio de convênio com o BNDES.

Existe um Grupo A/C, onde estão os agricultores com renda bruta familiar anual entre R\$ 1,5 mil e R\$ 10,0 mil e que já receberam o crédito do Grupo A. Os beneficiários poderão tomar empréstimos nos bancos do Nordeste e do Brasil de R\$ 500,00 a R\$ 2,0 mil, com prazo de quitação de até dois anos e desconto de R\$ 200,00, caso as parcelas estejam em dia.

Grupo D - estão incluídos os agricultores com renda bruta familiar anual entre R\$ 10,0 mil e R\$ 30,0 mil. Deve ser abatida em 50% a renda total proveniente das atividades de avicultura, aquicultura, pecuária leiteira, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, sericicultura e suinocultura. Além disso, a mão-de-obra familiar deve ser predominante, podendo manter até dois empregados permanentes e utilizar eventualmente mão-de-obra contratada.

Para custeio os agricultores poderão obter empréstimos de no máximo R\$ 5,0 mil, com prazo para pagamento de até dois anos. O recurso deve ser utilizado para

o financiamento de atividades agropecuárias e não agropecuárias e são operacionalizado pelo Banco do Nordeste, Banco do Brasil, bancos cooperativos e cooperativas de crédito.

Para investimento, se empréstimo individual, o limite é de R\$ 15 mil com adicional de até 20% para projetos de jovens estudantes do último ano ou egressos de escolas de formação por alternância ou agrícolas. Se o empréstimo for coletivo, o limite é de até R\$ 90,0 mil. O prazo para pagamento é de até oito anos, com carência de cinco anos. Os recursos serão utilizados para o financiamento da implantação, ampliação e modernização da infra-estrutura da produção e serviços agropecuários e não agropecuários.

Os recursos alocados para os financiamentos no âmbito do PRONAF provêm de várias fontes, quais sejam: Fundos Constitucionais; Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT; Exigibilidades Bancárias; recursos próprios dos bancos e recursos do Tesouro Nacional alocados no Orçamento Geral da União - OGU.

2. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE QUIXABEIRA, BAHIA

2.1 ORIGEM TERRITORIAL

O município de Quixabeira¹ se formou a partir do ano de 1943, quando o senhor Martinho Pereira Lima, junto com seus amigos, Amado Lima, Lizânio Gonçalves, Etelvinio Carneiro, Manoel Rodrigues, José Hilário dos Santos, Juvito Sousa Novaes, pensou em criar um povoado nas terras da fazenda Lagoa da Quixabeira, pertencente ao senhor José Novaes de Sousa (conhecido como Zé de Belau), seu sogro. A idéia surgiu porque a fazenda ficava à margem da estrada que ligava São José do Jacuípe a Itapeipu e por ser rota dos tropeiros que vinham do sul da Bahia trazendo mantimentos, além de facilitar o pouso dos mesmos.

Apesar da não aprovação do seu sogro, Martinho não desistiu da idéia de transformar aquela fazenda em um povoado. O senhor Zé de Belau chateado com a determinação do seu genro, resolveu ir embora deixando o caminho livre para



Figura 1 – Praça Central de Quixabeira Ariston Rodrigues
 Fonte: Acervo pessoal de Zildomar Reis, 2008
 Foto: Zildomar Reis, 2008.

Martinho. Esse por sua vez aproveitando a oportunidade, logo iniciou a limpeza do terreno próximo a fazenda construindo uma casa e um ponto de venda. Em 21 de

¹ O nome Quixabeira originou-se da planta do mesmo nome, muito comum na região e típica da Caatinga. Trata-se de uma *Brumelia* denominada *Sideroxylon obtusifolium*. Armada de espinho em todos os galhos e tronco.

abril de 1943, foi realizada a primeira feira livre, onde eram comercializados vários produtos como carne, couro, farinha, cestos, chapéus, ovos, doces e outros. Pouco a pouco, seus amigos também foram construindo suas casas e seus comércios, aumentando a população do povoado.

Em 1968, Serrolândia é emancipada e o povoado de Quixabeira que até então pertencia a Jacobina, é anexada a esse novo município. Alguns anos depois, já no final da década de 70, o então vereador Raulindo de Araujo Rios, apresenta um projeto na Câmara Municipal de Vereadores de Serrolândia elevando o povoado à condição de distrito, vindo acontecer em 1978.

Final da década de 1980 a população Quixabeirense, em plebiscito diz sim a emancipação e, no dia 13 de junho de 1989, sob a lei 9019/89, Quixabeira é desmembrada do território de Serrolândia e torna-se município.

2.2 LOCALIZAÇÃO

Quixabeira localiza-se na mesorregião Centro Norte da Bahia e situa-se totalmente no polígono da seca. Isso lhe confere características climáticas não muito favoráveis ao desenvolvimento agropecuário nos modos tradicionais de manejo. Está distante 300 km da Capital, pela BR 324, principal via de acesso ao Município. O pólo regional mais próximo é Jacobina, distante 60 Km para onde grande parte da população se desloca em busca de bens e serviços, geralmente voltados para o comércio e saúde.

Encontra-se localizada nas coordenadas geográficas de 11°24'42" de Latitude Sul e 40°07'42" de Longitude Oeste; possui extensão territorial de 368,02 Km², e limites com Jacobina (N), São José do Jacuípe e Várzea da Roça (S), Capim Grosso (L) e Serrolândia (W).

Além da Sede, possui mais 6 povoados: Alto do Capim, Baixa Grande, Campo Verde, Jaboticaba, Ramal e Várzea do Canto.

2.3 RECURSOS NATURAIS

O Município de Quixabeira possui um tipo climático semi-árido, apresentando temperatura média anual de 28° e densidade pluviométrica de 500 a 800 mm. O período chuvoso vai de novembro a Janeiro. Os solos predominantes são do tipo latossolo vermelho, amarelo álico e coluvionares, granito-gnaisse e rochas Básicas-ultras básicas. A hidrografia do Município é composta pelas águas do rio Jacuípe, açudes e caldeirões e a vegetação predominante é a caatinga com florestas estacionais. A grande maioria da população quixabeirense utiliza para o consumo, a água da chuva armazenada em tanques individuais construídos pelos próprios habitantes.

2.4 ASPECTOS SOCIAIS

O Município conta na sede com três escolas municipais e uma estadual, sendo duas de Ensino Fundamental e duas de Ensino Médio. Na zona rural, são cerca de 16 escolas, somando um total de 3.079 alunos matriculados.

Na área da saúde, o município tem o atendimento voltado para a área ambulatorial, nutrição, vigilância epidemiológica e sanitária, controle de tuberculose, DST (Doença Sexualmente Transmissível), saúde mental, hanseníase, saúde da mulher, atendimento odontológico, dentre outros.



Figura 2 – Colégio Estadual de Quixabeira
Fonte: Acervo pessoal de Zildomar Reis, 2008
Foto: Zildomar Reis, 2008.



Figura 3 – Centro de Saúde de Quixabeira
Fonte: Acervo pessoal de Zildomar Reis, 2008
Foto: Zildomar Reis, 2008.

A Unidade Básica de Saúde de Quixabeira atende 24 horas por dia, coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde. Possui duas ambulâncias, podendo ser acionadas a qualquer momento pelos moradores. Existem 06 postos distribuídos nos povoados de Baixa Grande, Ramal, Campo Verde, Jaboticaba, Alto do Capim e Várzea do Canto.

São oferecidos à população os serviços básicos de comunicação, como: uma Agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, estações retransmissoras de televisão com os sinais da TV Bahia, TV Itapoan, TV Educativa, Rede TV, Bandeirantes, SBT, AD SAT e Record. Há também em funcionamento uma rádio comunitária.

Não existe esgotamento pluvial e o esgotamento sanitário é através de fossas sépticas e micro drenagem na sede.

A limpeza urbana é de responsabilidade da Prefeitura e é feita através de duas caçambas, que fazem a coleta do lixo. Os resíduos coletados são depositados a céu aberto a uma distância de 2 Km da sede.

2.5 ASPECTOS ECONÔMICOS

Quixabeira está situada na região do semi-árido baiano reconhecidamente marcado pela pobreza e fragilidade de seu recurso ambiental. Esta região apresenta uma realidade sócio-econômica que se caracteriza por um sistema produtivo onde predomina as relações de trabalho com larga utilização de mão-de-obra familiar, técnicas de baixa rentabilidade e reduzidos níveis de capitalização.

A economia é voltada para a pecuária e agricultura de subsistência com o cultivo de milho, feijão, mandioca e também sisal, que já foi abundante nesta região. Atualmente, devido a proximidade da Barragem de São José do Jacuípe e o conhecimento de novas tecnologias, já existe a criação de abelhas para produção de mel, a criação de peixes em tanques especiais, o cultivo de melancia, pimentão, batata-doce, tomate e outros. O tomate já foi plantado em grande quantidade, mas devido aos altos custos da plantação foi perdendo espaço para cultivos menos exigentes e com lucros mais rentáveis.

Quadro 6 - Produção agrícola de Quixabeira/Ba em 2005

Cultura	Área Plantada (ha)	Área Colhida (ha)	Quantidade Produzida (t)	Valor (R\$ 1.000)
Banana	12	12	118	35
Batata - doce	2	2	20	8
Feijão (em grão)	540	510	327	392
Mamona (baga)	140	140	126	88
Mandioca	720	720	10080	726
Melancia	18	18	243	64
Milho (em grão)	480	445	315	126
Sisal (fibra)	830	830	768	614
Tomate	5	5	175	105

Fonte: IBGE 2006

Adaptação: Zildomar Reis, 2008.

Na pecuária destaca-se a criação de bovinos, caprinos, suínos, aves, asininos, sendo este último fundamental na época dos tropeiros para o transporte de mercadorias como a rapadura, farinha de mandioca, couro e outros.

Quadro 7 - Pecuária de Quixabeira/Ba em 2005

Tipo de Animal	Quantidade (Cabeça)	%
Asininos	802	1,74
Bovinos	8.630	18,76
Caprinos	1.909	4,15
Eqüinos	828	1,80
Galinhas	14.329	31,15
Galos, Frangas, Frangos e Pintos	12.644	27,49
Muare	221	0,48
Ovinos	2.765	6,01
Suínos	3.870	8,41
Total	45.998	100,00

Fonte: IBGE 2006

Adaptação: Zildomar Reis, 2008

O comércio quixabeirense² começou a se estruturar a partir das “Vendas” ou “Bodegas” (pequenos mercados onde se vendia apenas o essencial) sendo a primeira do senhor Martinho Pereira Lima, fundador deste município. Nestes mini-mercados comprava-se especificamente mamona, ouricuri, e o pó da palha do ouricurizeiro. Vendiam sabão em barras, querosene para os candeeiros, açúcar e café em grão para serem torrados em casa.

² Boa parte do comércio local ocorre na informalidade.

Com o incentivo do senhor Martinho, foi organizado a primeira feira livre, no dia 21 de abril de 1944, um domingo de páscoa, embaixo de um pé de umbuzeiro, sendo comercializado carne de bode, de boi, farinha de mandioca, couro de animais, doce de ovos, chapéu de palhas e outros.



Figura 4 – Feira Livre de Quixabeira
Fonte: Acervo pessoal de Zildomar Reis, 2008
Foto: Zildomar Reis, 2008.



Figura 5 – Agência do BANCOOB
Fonte: Acervo pessoal de Zildomar Reis, 2008
Foto: Zildomar Reis, 2008.

Com o passar do tempo, a feira foi aumentado e para não concorrer com outras feiras de povoados próximos, transferiram do domingo para a quinta-feira, permanecendo até hoje.

Atualmente existem três mercados que abastecem a população com mantimentos, um posto de combustível, algumas lojas de roupas e calçados, loja de móveis e eletrodomésticos, agência dos Correios e uma agência bancária do BANCOOB (Banco Cooperativo do Brasil).

3. AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE QUIXABEIRA/BA

3.1 ANÁLISE DOS ATORES SOCIAIS NO PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO RURAL

No processo da construção do desenvolvimento rural, alguns atores sociais são de fundamental importância pelo seu papel e atuação para a fomentação das atividades ligadas ao progresso do crescimento rural. Entre eles é válido citar:

3.1.1 Empresa Baiana De Desenvolvimento Agrícola (EBDA)

A Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) foi criada com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar, viabilizando as condições necessárias para o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores. Atende os produtores rurais dos 417 municípios baianos, disponibilizando Biblioteca, Centro de Treinamento e Laboratórios.

Para melhor atender aos produtores rurais, a EBDA atua com as Gerências Regionais que são órgãos descentralizados de coordenação regional compostos por escritórios locais, postos avançados, estações experimentais, unidades de execução de pesquisa, laboratórios e centros de profissionalização de produtores.

As equipes de assistência técnica e extensão rural da EBDA apóiam os produtores na aplicação de técnicas agronômicas e gerenciais, mantendo-os bem informados e melhor capacitados para se desenvolverem no mercado globalizado.

Linhas de Ação da EBDA:

- Apoio e assistência técnica aos agricultores, associações e cooperativas, com ênfase para as áreas de planejamento, administração rural e contabilidade agrícola, bem como para todas as etapas do processo produtivo e da pós-colheita;

- Qualificação e requalificação de produtores rurais;
- Capacitação e profissionalização de agricultores familiares nas áreas de inseminação artificial, conservação do solo, hidroponia do milho, fenação e silagem, tração animal, bovinocultura, manejo da água e solo, manejo de caprino/ovino, irrigação, contabilidade simplificada, administração rural, agroindústria de derivados do leite e da carne;
- Elaboração de projetos para crédito agropecuários;
- Apoio à implantação de infra-estrutura como: instalação de armazéns, agroindústrias, sistema comunitário de irrigação e outros;
- Apoio e assistência técnica ao processo de desenvolvimento rural de natureza associativa no âmbito municipal e regional, destacando-se a capacitação de agricultores e parceiros na elaboração de planos municipais de desenvolvimento rural (PMDR), formação dos conselhos municipais de desenvolvimento rural (CMDR), convênios com o PRONAF e o Programa Faz Cidadão;
- Assistência técnica e organizacional às áreas de reforma agrária;
- Preservação e conservação de recursos naturais com ênfase à agricultura sustentável, incentivando o uso de tecnologias de conservação do solo e água, recomposição de matas ciliares e outros.

A Gerência Regional que atende esta área tem sua sede na cidade de Jacobina disponibilizando de apenas dois agrônomos e um técnico agrícola para atender a demanda dos produtores rurais.

Uma boa parte dos Gestores Municipais desta região, não tem dado a devida importância para agricultura. Como consequência, falta contratação de técnico por parte do poder público municipal para melhor assessorar seus produtores rurais, cabendo a EBDA sanar esta pendência, porém, a mesma não dá conta da demanda.

O mesmo técnico da EBDA que atende a este município, atende também aos municípios de São José, Capim Grosso e Serrolândia. Como a demanda é grande, não tem como prestar um serviço mais adequado para o agricultor, fazendo apenas o que está ao seu alcance.

A mais de 15 anos, a EBDA tem contribuído no processo de desenvolvimento rural sustentável neste município, com a elaboração de projetos para criação de associações, casa de farinhas comunitárias ou para acesso ao crédito do PRONAF.

3.1.2 Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Quixabeira (STTR)

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Quixabeira (STTR) tem sua origem muito antes de Quixabeira ser emancipada. Em 1970, com a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serrolândia, abre-se uma Delegacia, uma espécie de filial, atendendo a demanda dos cidadãos do então Povoado de Quixabeira.

Em 1989, após o plebiscito de emancipação de Quixabeira, cria-se uma comissão para que se fundasse o Sindicato, tendo como seu primeiro presidente o Sr José Paulo, mais conhecido como Zequinha de Bastiana, que ficou na Direção até 1992. Nesse mesmo ano teve uma nova eleição onde o Sr José Modesto de Sousa (Zé Homem) foi eleito Presidente e ficou no cargo até 2004, sendo assumido pelo atual Presidente, o Sr Eliezer Costa Oliveira.

A direção do Sindicato é composta pelo Presidente, Secretário Geral, Secretário de Finanças, Secretário de Assistência e Previdência Social, Secretária das Mulheres, três conselheiros fiscais e seus respectivos suplentes.

O sindicato hoje conta com 3270 filiados que pagam uma taxa de 1% do salário mínimo para quem não é aposentado, e 2% para aposentado. Seus associados são beneficiados com a assistência de dois técnicos que prestam serviços de orientação ao produtor rural, um advogado responsável pela assessoria jurídica do próprio sindicato, bem como dos seus associados e consultas mais baratas com profissionais na área de saúde. Cabe também o sindicato encaminhar os processos de aposentadorias, salário maternidade, auxílio doença, pensão por morte e outros benefícios junto ao INSS.

Vale ressaltar também a parceria que tem com o Projeto CONVIVER e a Associação dos Produtores Rurais de Jaboticaba (APPJ) disponibilizando recursos para aquisição de caprinos e ovinos, bem como a melhoria do estabelecimento através da construção de cercas, cisternas de enxurradas e outras benfeitorias.

Dos 90 questionários aplicados na pesquisa de campo entre os produtores rurais, 61,11% são filiados ao STTRQ, 15,12% reconheceram a importância que o STTRQ tem no papel do desenvolvimento rural, mas não são filiados porque pertencem ao quadro de funcionário público municipal, 23,77% não são filiados por achar que não vale a pena, nunca precisou ou porque a mensalidade é cara.

Através da pesquisa de campo percebeu-se uma necessidade de maior divulgação do papel que o STTRQ tem para o processo de desenvolvimento rural, pois uma boa parte dos seus associados são membros visando apenas à aposentadoria, não se beneficiando de outras atividades disponibilizadas por esta Instituição.



Figura 6 – Sede do STTRQ
Fonte: Acervo pessoal de Zildomar Reis, 2008
Foto: Zildomar Reis, 2008

Vale ressaltar que o Sindicato tem sido o principal orientador na aquisição do crédito do PRONAF. 92% dos entrevistados disseram ser sabedor do crédito através de informações via STTRQ.

3.1.3 Secretaria Municipal de Agricultura

A Secretaria Municipal de Agricultura foi criada através da portaria 049/2005 para atender as necessidades do produtor rural neste município em parceria com a EBDA.

Como um dos principais condutores das políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável, a referida secretaria deixa muito a desejar. Não possui um técnico agrícola para dar atendimento aos produtores rurais, tem um computador, porém, não tem acesso a



Figura 7 – Secretaria Municipal de Agricultura
Fonte: Acervo pessoal de Zildomar Reis
Foto: Zildomar Reis

Internet, falta cartucho de tinta para impressora.

Segundo o secretário o Sr Arnobio Pereira de Almeida, a Secretaria elaborou alguns projetos para beneficiar a agricultura familiar como:

- Reuniões para diagnósticos das comunidades de Baixa Grande, Ramal, Campo Verde, Jaboticaba, Alto do Capim e Várzea do Canto, com o objetivo de desenvolver projetos produtivos e sustentáveis para geração de renda e emprego de famílias carentes em parceria com a Secretaria Municipal de Ação Social e Associações locais;
- Implantação de Unidades demonstrativas de culturas que podem ser exploradas no município com o intuito de agregar renda aos pequenos produtores rurais;
- Feira Municipal de agronegócio da agricultura familiar;
- Palestra sobre preservação do meio ambiente, acidentes de trabalhos administração rural.

Esses e mais outros projetos, ficaram apenas no papel, por falta de orçamento e interesse do Gestor Municipal em fomentar as referidas ações.

Quase 100% dos entrevistados alegaram que nunca obtiveram por parte da Secretaria Municipal de Agricultura, qualquer apoio ou participação da mesma em seu estabelecimento. Quando perguntado sobre que benefícios a referida Secretaria poderia estar disponibilizando para o seu estabelecimento rural, as maiores citações foram: Capacitação Técnica, aguadas, maquinários, sementes, poços artesianos e irrigação (Figura 8).

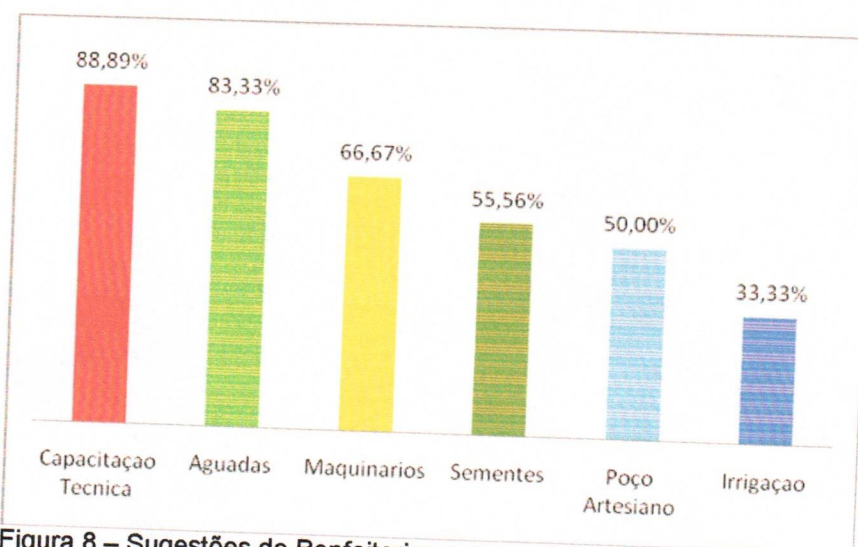


Figura 8 – Sugestões de Benfeitorias a serem feitas pela Secretaria Municipal de Agricultura Municipal de Agricultura

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008

Elaboração: Zildomar Reis, 2008

3.2 PERFIL DO PRODUTOR RURAL

As mudanças ocorridas nas últimas décadas vêm demonstrando uma nova configuração do espaço rural baiano. O crescimento das atividades agropecuárias intimamente ligadas às agroindústrias não tem detido o crescimento das atividades não-agropecuárias, confirmando-se a tese de que, cada vez mais, o rural passa a ser maior que o setor agropecuário. Essas mudanças caminham no sentido do que muitos autores vêm chamando de o “novo rural”.

Porém, de maneira bem marcante, ainda persiste no nosso estado um rural atrasado, com muitos problemas econômicos e sociais, como pôde ser visto no trabalho de campo, longe de aproximar-se desse “novo rural”.

Diferente de boa parte dos municípios da região, Quixabeira possui uma população rural superior a urbana, já que segundo o censo 2007 (IBGE), dos 9348 habitantes do município aproximadamente 63% residem na zona rural, sobrevivendo basicamente da agricultura e da pecuária. Por isso, faz se necessário uma análise do perfil socioeconômico do produtor rural para se entender os processos de mudanças nesses espaços agrários.

De acordo com os resultados das observações do trabalho de campo constatou-se que 81,11% dos produtores rurais são donos do seu próprio estabelecimento, enquanto que 14,44% são posseiros, e 4,44% são arrendatários. (Tabela 2).

TABELA 2 - Condição legal do produtor

CONDIÇÃO	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
PROPRIETÁRIO	73	81,11%
POSSEIRO	13	14,44%
MEEIRO	0	0,00%
ARRENDATÁRIO	4	4,44%
TOTAL	90	100,00%

FONTE: Pesquisa de campo

ELABORAÇÃO: Zildomar Reis, 2008

As constantes perdas das lavouras devidas às chuvas escassas e ao solo enfraquecido têm contribuído muito para que os produtores agrários busquem outra alternativa para sua sustentação. A Tabela 3 mostra que a solução foi encontrada na criação de animais principalmente bovinos, 46,67%, seguidos de caprinos, 13,33% e suínos, 10,0% contribuindo para que 64,44% (Tabela 3) dos proprietários sejam agricultores/criadores.

TABELA 3 - Atividade Pecuária

ATIVIDADE	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
BOVINOCULTURA	42	46,67%
CAPRINOCULTURA	30	33,33%
SUINOCULTURA	9	10,00%
APICULTURA	4	4,44%
EQÜINOCULTURA	5	5,56%
TOTAL	90	100,00%

FONTE: Pesquisa de campo, 2008.

ELABORAÇÃO: Zildomar Reis, 2008

Na Tabela 4, constata-se que apenas 32,22% dos produtores sobrevivem apenas da agricultura. Geralmente são agricultores que tem outra fonte de renda, utilizando da agricultura apenas para aquisição de alimentos de subsistência com o plantio de feijão, milho e mandioca.

TABELA 4 - Atividade exercida no estabelecimento

ATIVIDADE	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
AGRICULTOR	29	32,22%
CRIADOR/AGRICULTOR	58	64,44%
CRIADOR	3	3,33%
OUTROS	0	0,00%
TOTAL	90	100,00%

FONTE: Pesquisa de campo, 2008.

ELABORAÇÃO: Zildomar Reis, 2008

As maiorias dos estabelecimentos rurais do município de Quixabeira, perderam suas safras 2006/07 por falta de chuva, ou vítimas da lagarta que devorou a maioria das plantações, imprimindo um constante desânimo ao produtor rural.

O senhor Manoel Santos proprietário de uma pequena Fazenda na Região de Baixa Grande, município de Quixabeira, no seu depoimento diz:

Antigamente a chuva vinha nas estações certas. As safras eram boas. Plantávamos melancia, feijão, milho. O lavrador não passava tanta necessidade. Hoje ta difícil. Já não chove como antes. A terra já não produz tão bem. A maioria do que plantamos, perdemos. Fazer o quê?

Por mais que esse seja o lamento constante do trabalhador rural, a agricultura ainda é sua maior fonte de renda. Observa-se que 56,67% dos produtores rurais sobrevivem da agricultura através do consumo e da venda de seus produtos,

26,67% se mantêm com a pecuária, seja na venda do leite, ou no gado de corte para os açougues da região e 14,44% sobrevivem de outras rendas tais como comércio informal, programas do Governo Federal e principalmente da aposentadoria. (Tabela 5)

As transformações econômicas globais têm afetado indistintamente, em maior ou menor escala os setores produtivos em geral. A agropecuária, assim como outros setores de atividades,

TABELA 5 - Atividade de maior rendimento para família

ATIVIDADE	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
Pecuária	24	26,67%
Aluguel de pasto	2	2,22%
Agricultura	51	56,67%
Outra	13	14,44%
TOTAL	90	100,00%

FONTE: Pesquisa de campo, 2008.

ELABORAÇÃO: Zildomar Reis, 2008

foi objeto de mudanças que tendem a aumentar com o crescimento industrial que se configurou no país.

A revolução científica e tecnológica constituem fatores influenciadores nas modificações estruturais da economia rural brasileira, o que ainda está distante da realidade do produtor rural Quixabeirense conforme as tabelas 6 e 7.

Apesar de 40,00% utilizarem o trator para a preparação do terreno³, 35,56% ainda utilizam o animal (cavalo, boi, mula) para arar seu terreno, por não ter condições de pagar um trator.

Apenas 6,67% fazem análise do solo, 7,78% tem um acompanhamento técnico e 5,56% usam adubos e corretivos. Nos questionamentos, a maioria dos agricultores revelou que produz de acordo com o próprio

TABELA 6 - Uso de força no trabalho

INSTRUMENTO	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
Só animal	32	35,56%
Só mecânica	36	40,00%
Mecânica/animal	22	24,44%
TOTAL	90	100,00%

FONTE: Pesquisa de campo, 2008.

ELABORAÇÃO: Zildomar Reis, 2008

conhecimento, mas, reconhece o atraso dos processos técnicos por eles utilizados na exploração da terra, alegando que a falta de recursos não permite solicitar os serviços de alguém capacitado nessa área. Desse modo, a falta de orientação técnica pode ser uma das causas dos baixos rendimentos da agricultura familiar nesse município.

³ Existem 5 associações no município que possuem trator. Os filiados dessas associações têm desconto especial.

A ausência de uma assistência técnica, as mudanças econômicas, assim como as variações climáticas ocorridas nas últimas décadas, são responsáveis pela fragilidade das culturas tradicionais e comerciais voltadas para o consumo e

TABELA 7 – Atividades agrícolas

ATIVIDADES	SIM	NÃO
Análise do solo	6,67%	93,33%
Agrotóxicos	2,22%	97,78%
Aubos e corretivos	5,56%	94,44%
Fertilizantes	1,11%	98,89%
Acompanhamento técnico	7,78%	92,22%

FONTE: Pesquisa de campo, 2008.

ELABORAÇÃO: Zildomar Reis, 2008

sobrevivência do pequeno produtor rural. As conseqüências não se limitam apenas a redução dos espaços das culturas, mas também se estenderam à expulsão dos pequenos produtores rurais que se tornaram assalariados temporários e, nessa condição vão se inserindo num processo de empobrecimento generalizado. Esses fatores ocorrem para aumentar a vulnerabilidade das culturas e se refletem nas condições de vida do campo.

Os dados da figura 9 revelam que a mandioca destaca-se como a cultura de maior expressão, por ser uma planta bastante tolerante às alterações climáticas, pragas e doenças, não sendo necessária a utilização de defensivos agrícolas no cultivo.

O plantio se estende de maio a agosto e pode ser em associação com outras lavouras como o milho e o feijão. Da mandioca nada se perde. As suas raízes servem para a produção de farinha, amido, beiju e tapioca. As folhas, as raspas e as manivas são utilizadas como alimento para o gado e criatórios de animais de pequeno porte.

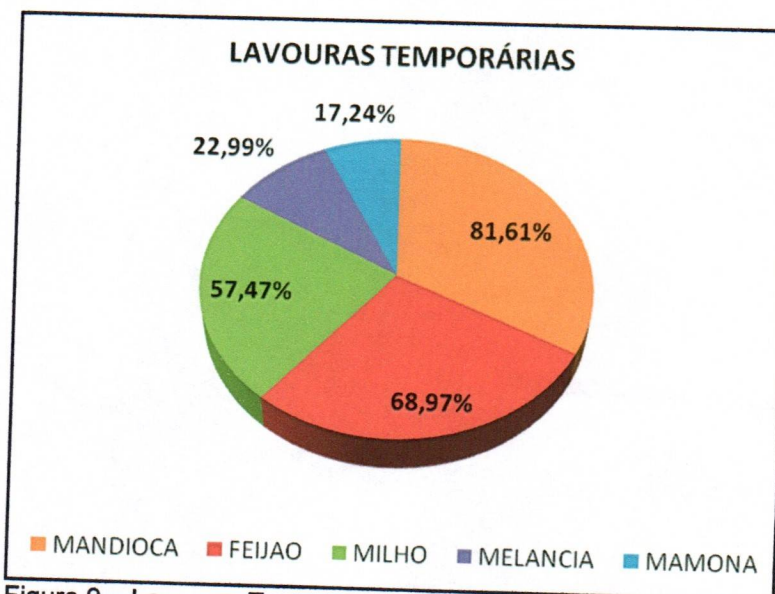


Figura 9 – Lavouras Temporárias

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008

Elaboração: Zildomar Reis, 2008

Vale ressaltar que a mandioca tem um papel de suma importância na renda municipal e na sustentabilidade da pequena produção familiar.



Figura 10 – Plantação de Mandioca
Fonte: Acervo Pessoal de Zildomar Reis
Foto: Zildomar Reis, 2008.



Figura 11 – Raspagem da mandioca para preparação da farinha
Fonte: Acervo Pessoal de Zildomar Reis
Foto: Zildomar Reis, 2008 .



Figura 12 – Processo de transformação da tapioca
Fonte: Acervo Pessoal de Zildomar Reis
Foto: Zildomar Reis, 2008

O feijão representa a segunda lavoura mais importante da agricultura de Quixabeira. O plantio ocorre de março a junho na proporção de uma fileira de milho para três ou quatro de feijão. Os vários problemas que atingem a cultura do milho referem-se à irregularidade nas distribuições das chuvas, baixa qualidade das sementes, ocorrência de pragas (formigas, lagartas), baixa fertilidade natural dos solos e número reduzido de mecanização.

O milho tem ocupado a terceira posição, seguido logo após pela melancia, que ocupou o quarto lugar.

3.3 ATUAÇÃO DO PRONAF NO ESTABELECIMENTO DO PEQUENO PRODUTOR RURAL

A Bahia possui a maior população rural do país. Conforme estudo do FAO/INCRA (2000) 89,1% do total de estabelecimentos rurais baianos são caracterizados como familiares, ocupando 37,9% da área total e sendo responsável por 39,8% do Valor Bruto da Produção. Do total de ocupados na agricultura baiana, 85% está na produção familiar.

A maioria dos municípios baianos tem na sua agricultura a principal fonte de renda econômica. São 4.297.902 habitantes que vivem no espaço rural dependendo das políticas públicas direcionadas para este setor. É nesse contexto de revalorização da agricultura familiar e reconhecimento de sua importância que foi formulada uma política específica direcionada para esse segmento: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

O PRONAF foi implantado no município de Quixabeira em 2002 e segundo dados fornecidos pelo Banco do Nordeste, até Janeiro de 2008 foram feitos 1547 contratos, injetando R\$ 2.898.907,43 no município.

Com o intuito de demonstrar o impacto do PRONAF no seguimento de agricultores familiares, o estudo a seguir aborda os aspectos socioeconômicos dos produtores deste município.

Ao analisar a figura 13, que mostra a escolaridade dos moradores da amostra, conclui-se que as famílias do grupo dos produtores com PRONAF possuem maior escolaridade e menor número de analfabetos.

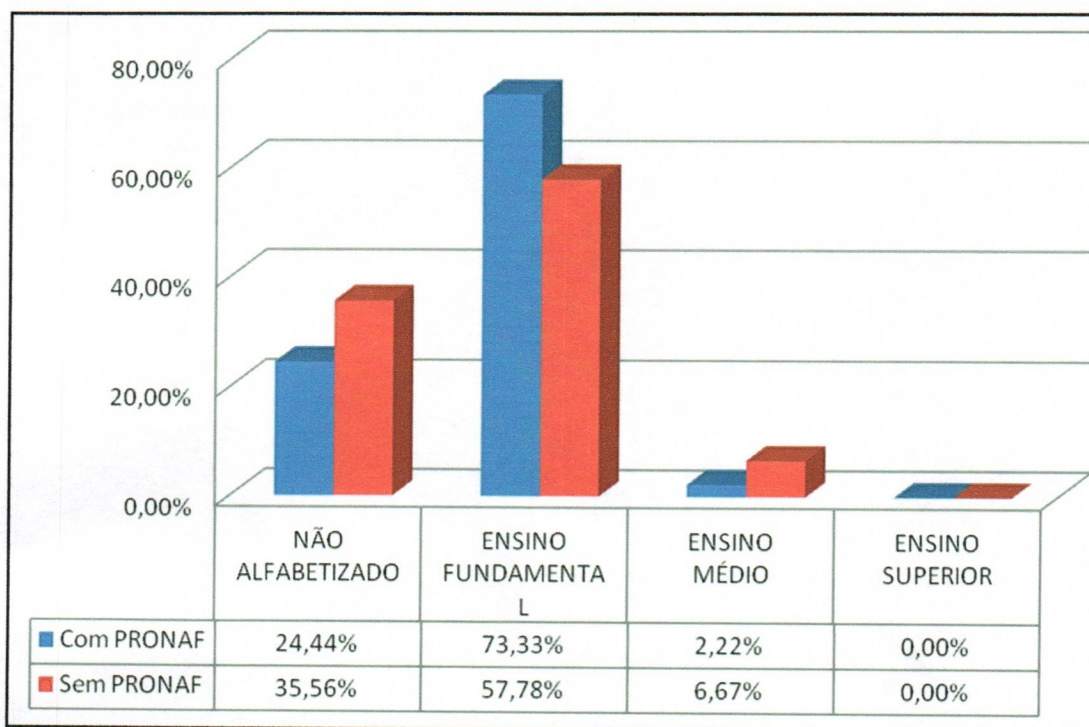


Figura 13 – Escolaridade Dos Produtores Rurais

Elaboração: Zildomar Reis, 2008

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008

A condição de alfabetização indica a presença de um importante filtro no acesso ao PRONAF ou qualquer outro programa de ascensão social, razão pela qual a porcentagem de analfabetismo é de 35,56% dos não-pronafianos contra 24,44% dos pronafianos.

Esses dados se tornam mais fidedignos ao analisar os entrevistados do povoado de Várzea do Canto, que apresentou o menor índice de produtores com acesso ao PRONAF. A taxa de analfabetismo entre os não pronafianos foi de 100% contra 60% dos pronafianos.

Já no ensino médio, os não-pronafianos têm um índice melhor do que os pronafianos. Isso se deve ao fato de que os produtores com ensino médio têm ligação com o funcionalismo público, não tendo direito ao crédito do PRONAF.

Ao analisar as condições de moradia dos entrevistados, percebe-se que os pronafianos apesar de mínima, estão em melhores situações, conforme a figura 14.

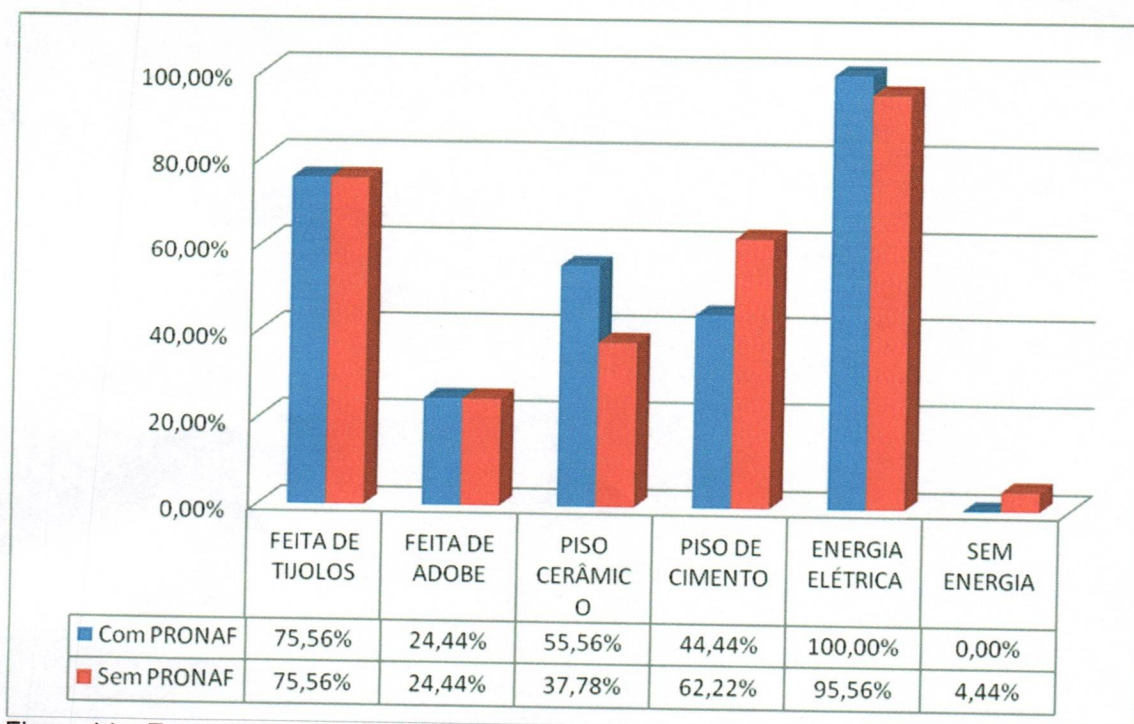


Figura 14 – Estrutura Das Residências Dos Produtores
 Elaboração: Zildomar Reis, 2008
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2008

As casas construídas com tijolos são mais caras, porém, mais confortáveis e mais resistentes que as construídas de adobes. Na pesquisa de campo foi observado que a maioria das construções são feitas de tijolos tanto para os pronafianos quanto não pronafianos. Mas ao analisar o piso, os pronafianos levam vantagem com o cerâmico.

Com o “Programa Luz no Campo”, uma parceria entre governos federal, estaduais e municipais, a maioria dos estabelecimentos rural possuem energia elétrica, possibilitando o acesso do produtor a bens duráveis como televisão, geladeira, parabólica e outros.



Figura 15: Residência De Agricultor
 Fonte: Acervo Pessoal de Zildomar Reis
 Foto: Zildomar Reis, 2008.

O acesso a esses bens duráveis nos dá uma dimensão das diferenciações sociais existentes entre as duas classes analisadas. E o que se pode perceber da figura 16, é que esses bens duráveis se fazem mais presentes nas residências dos pronafianos.

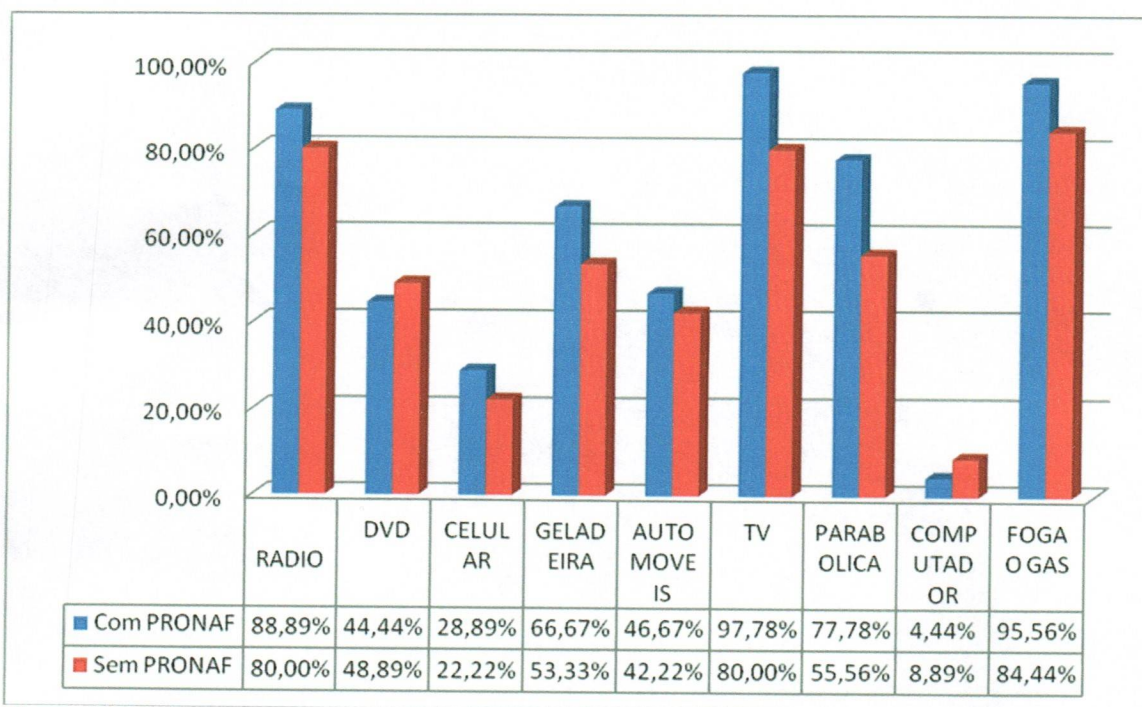


Figura 16: Bens Duráveis
Elaboração: Zildomar Reis, 2008
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008

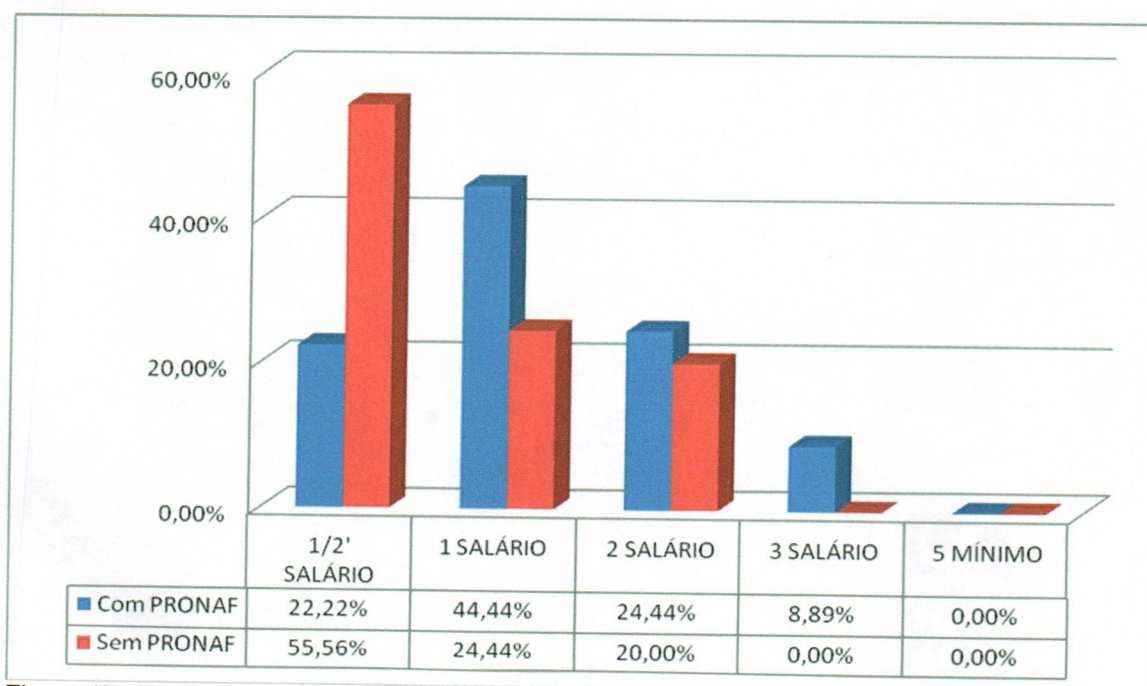


Figura 17: Rendimento Mensal
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008
Elaboração: Zildomar Reis, 2008

Da análise da figura 17, pode-se observar que uma boa parte dos não-pronafianos sobrevive com 1/5 salário mínimo. São agricultores que vivem basicamente da agricultura, dependendo do “bom tempo”, beneficiando-se também de Programas do Governo Federal. A partir de um salário mínimo em diante, os pronafianos estão em melhores condições, são na sua maioria criadores/produtores, não dependendo apenas da agricultura, porém nenhum deles declararam ganhar mais de três salários mínimos.

Os dados da figura 18 confirmam os dados da Tabela 8, onde há uma grande diferenciação na aquisição de animais por parte dos pronafianos. Segundo os dados da pesquisa de campo, 90% do crédito do PRONAF foi para aquisição de compra de animais, principalmente bovinos, levados pela facilidade do manejo, baixo investimento em cercas e também pela venda do leite.

TABELA 8 – Aquisição de animais

ANIMAIS	PRONAFIANOS	NÃO PRONAFIANOS
Bovinocultura	73,33%	20,00%
Caprinocultura	17,78%	8,89%
Suinocultura	13,33%	6,67%
Apicultura	2,22%	6,67%
Eqüinocultura	8,89%	2,22%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008
Elaboração: Zildomar Reis, 2008.

Da figura 18 pode se dizer que, exceto pela compra de animais, quase não há investimento no estabelecimento rural. Segundo os produtores, isso se deve ao fato de não sobrar dinheiro para tais

investimentos.

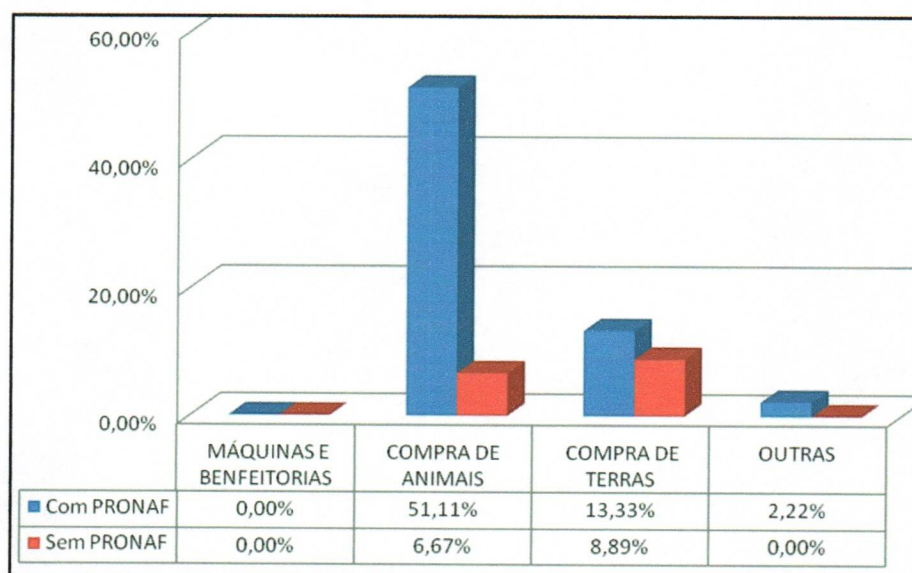


Figura 18: Destino Dos Investimentos

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008
Elaboração: Zildomar Reis, 2008

A Tabela 9 mostra indicadores de tecnologia dos estabelecimentos, por grupo de produtores da amostra estudada. Nele pode-se observar que os produtores que fazem parte do PRONAF são mais produtivos.

TABELA 9 – Indicadores de tecnologia nos estabelecimento

GRUPOS	SÓ ANIMAL%	SÓ MECÂNICA%	MECÂNICA/ANIMAL%	ANÁLISE DO SOLO%	ADUBOS E CORRETIVOS%
Com PRONAF	35,56	44,44	20,00	11,11	6,67
Sem PRONAF	35,56	35,56	28,89	2,22	4,44

FONTE: Pesquisa de campo, 2008
ELABORAÇÃO: Zildomar Reis, 2008.

No grupo dos pronafianos, é mais difundido o uso de mecanização, análise do solo e uso de adubos e corretivos, bem como o acesso a assistência técnica, sobretudo de fontes governamentais (EBDA) e de cooperativas.

TABELA 10 – Assistência técnica no estabelecimento

GRUPOS	NÃO RECEBE %	RECEBE %
Com PRONAF	86,67	13,33
Sem PRONAF	97,78	2,22

FONTE: Pesquisa de campo, 2008
ELABORAÇÃO: Zildomar Reis, 2008.

Da análise da Tabela 10, que mostra o nível de assistência técnica dada aos estabelecimentos familiares, pode-se dizer que, em termos gerais, os produtores da amostra têm baixo acesso a assistência técnica. Cerca de 87% do grupo com PRONAF e 98% do grupo sem PRONAF estão fora de qualquer sistema de assistência técnica. Isso reflete na baixa produtividade, e na ausência de conhecimento técnico do produtor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados obtidos através dos questionários e entrevistas foram fundamentais para esclarecimento das questões, pois forneceram evidências que, além de permitirem a análise proposta desta dissertação, conduziram a certeza de que a agropecuária representa um reforço significativo para a economia do município.

Quixabeira apesar de ser fortemente marcada pelas condições de semi-aridez, teve sua evolução socioeconômica baseada na pecuária, mas principalmente na agricultura de subsistência, consolidada como atividade tradicional no município. A pequena produção agrícola tem constituído a base da reprodução socioeconômica da propriedade familiar cuja produção envolve o cultivo de algumas espécies tradicionais como mandioca, feijão, milho, melancia e outros. Parte da produção é armazenada com o objetivo de assegurar o autoconsumo ao longo do ano, outra parte é vendida e com a obtenção da renda, juntamente com a venda de animais, é destinada a cobertura de despesas de caráter emergencial e aquisição de objetos pessoais de consumo.

À luz desta percepção, é conveniente insistir no registro de algumas constatações relevantes, ligadas aos objetivos delineados no estudo:

- A agricultura familiar tem se constituído nesse município como a base da reprodução socioeconômica dos seus moradores, contribuindo para a fixação do homem no campo;
- O PRONAF tem cumprido com seu papel de promover o desenvolvimento sustentável do seguimento rural neste município, proporcionando ao pequeno produtor uma melhoria de renda;
- Porém, no que diz respeito ao poder público local, pouco se tem feito pela agricultura familiar, deixando de dar o apoio necessário para os produtores rurais.

Diante da agudeza dos problemas socioeconômicos em que passam os produtores rurais deste município, e a partir das discussões travadas neste trabalho,

é possível esboçar, ainda que modestamente, algumas propostas de ação que pretendem, apenas, oferecer alternativas para melhoria do camponês municipal. São elas:

- Um estudo conjunto com as comunidades rurais de cada povoado, numa parceria, entre a EBDA, Prefeitura Municipal, os Bancos do Brasil e do Nordeste e o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Quixabeira, fazendo um levantamento das carências de cada uma dessas comunidades, a partir das prioridades percebidas e definidas, visando-se compatibilizar assistência técnica, melhoria de obras de infra-estrutura, como açude, poços artesianos, aquisição de máquinas agrícolas;
- Criar mecanismos e materiais para a capacitação de professores que lecionam em áreas rurais de agricultura familiar predominante ou em sedes municipais de pequena população;
- Diante do alto índice de não-alfabetizados no Povoado de Várzea do Canto⁴, implantar uma escola para que possa atender a essa necessidade social do agricultor que ali reside;
- Criar um Banco de Sementes, comprando do próprio produtor e vendendo a eles no período do plantio por um preço menor;
- Capacitação técnica aos produtores rurais para que os mesmo possam aproveitar melhor a sua propriedade rural, obtendo sucesso em suas atividades;
- Estabelecimento de medidas efetivas para a convivência do homem do campo com a seca, fomentando técnicas de irrigação, utilizando, para esse fim, águas da Barragem João Durval Carneiro, em parceria com a Secretaria de Recursos Hídricos (SRH).

O atendimento das necessidades da população passa pela construção de programas governamentais efetivos. Sendo assim, deve-se reconhecer o importante papel que tem desempenhado o PRONAF no desenvolvimento da agricultura familiar neste município, contribuindo para a melhoria socioeconômica do pequeno

⁴ É o único povoado do município que não possui qualquer tipo de espaço físico destinado ao aprendizado.

produtor, como mostrou os dados coletados na pesquisa de campo, sendo a seguir relacionados:

- Dentro do segmento familiar os produtores que tiveram acesso ao PRONAF têm melhor nível de vida com maior escolaridade e menor proporção de analfabetos;
- Os produtores que têm acesso ao PRONAF têm renda média maior do que os produtores que não fazem parte do Programa;
- Apesar do pouco investimento que o produtor rural deste município tem feito em seu estabelecimento, os que tiveram acesso ao PRONAF investiram mais;
- Identificou-se que os pronafianos, em geral, apresentam maior produtividade do que os não-pronafianos;

Apesar de haver um grande nível de desconhecimento do Programa por parte dos agricultores familiares, inclusive daqueles que obtiveram o crédito do Pronaf, não resta dúvida de que o crédito agrícola é um poderoso instrumento de desenvolvimento e de justiça social, por atenderem a população de mais baixa renda, e, portanto, devem ser fomentados.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e uso do solo**. São Paulo em Perspectiva, v.11, nº2:73-78, abr/jun, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Manual operacional do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF**. Brasília: MDA, 2002.

CLAYTON, Luiz. **Impactos do Pronaf sobre a agricultura familiar**. Disponível em: <https://www.portalsof.planejamento.gov.br/>. Acesso em 03/mar./2008.

DESER, Boletim do DESER, Maio. Curitiba: 1997.

GUANZIROLI, C. E et. alli. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO. Brasília: MDA, 2000

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília: MDA, Fev, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2000** - Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20/mar./2008

MATTEI, Lauro. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1992.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.